

Balanço Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro

Ativo	Nota	2019	Em Reais 2018
Descrição			
Circulante		1.629.404.414,77	1.310.978.861,01
Disponibilidades		39.417.041,36	19.613.728,36
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	97.850.204,63	32.449.573,20
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		97.850.204,63	32.449.573,20
Títulos e Valores Mobiliários	6	96.905.504,90	3.004.827,93
Carteira Própria		37.850.309,91	3.004.827,93
Vinculados à Prestação de Garantias		59.055.194,99	-
Relações Interfinanceiras	7	572.874.704,84	569.515.300,37
Centralização Financeira		572.874.704,84	569.515.300,37
Operações de Crédito	8	746.666.006,03	592.677.470,21
Operações de Crédito		804.882.435,50	644.871.437,28
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(58.216.429,47)	(52.193.967,07)
Outros Créditos	9	57.965.083,12	68.854.064,03
Avais e Fianças		3.202.219,50	2.645.635,15
Rendas a Receber		8.321.757,23	3.935.371,91
Diversos		53.213.535,35	68.438.315,54
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(6.772.428,96)	(6.165.258,57)
Outros Valores e Bens	10	17.725.869,89	24.863.896,91
Outros Valores e Bens		17.187.017,37	24.528.078,91
Despesas Antecipadas		538.852,52	335.818,00
Não Circulante		896.316.350,40	830.618.663,40
Realizável a Longo Prazo		814.742.345,05	760.306.803,36
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	33.803.906,16	46.489.057,90
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		33.803.906,16	46.489.057,90
Títulos e Valores Mobiliários	6	25.622.748,36	115.840.928,60
Carteira Própria		25.611.471,66	35.233.113,53
Vinculados à Prestação de Garantias		11.276,70	80.607.815,07
Operações de Crédito	8	750.757.733,92	593.710.287,48
Operações de Crédito		819.505.913,66	659.233.162,89
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(68.748.179,74)	(65.522.875,41)
Outros Créditos	9	4.557.956,61	4.266.529,38
Diversos		4.557.956,61	4.266.529,38
Investimentos	11	32.360.292,18	32.035.246,06
Ações e Cotas		32.339.205,75	32.014.159,63
Outros Investimentos		21.086,43	21.086,43
Imobilizado	12	49.144.547,87	38.147.154,90
Imóveis de Uso		21.997.955,14	21.997.955,14
Outras Imobilizações de Uso		50.653.150,02	39.937.358,66
(-) Depreciações Acumuladas		(23.506.557,29)	(23.788.158,90)
Intangível		69.165,30	129.459,08
Softwares		2.072.909,13	1.998.001,45
(-) Amortizações Acumuladas		(2.003.743,83)	(1.868.542,37)
Total do Ativo		2.525.720.765,17	2.141.597.524,41

Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro

Passivo	Nota	2019	Em Reais
Descrição			2018
Circulante		2.108.650.940,55	1.777.501.020,23
Depósitos	13	1.778.670.536,39	1.554.671.311,35
Depósitos à Vista		352.627.409,82	283.975.572,98
Depósitos sob Aviso		4.301.404,42	5.378.045,97
Depósitos a Prazo		1.421.741.722,15	1.265.317.692,40
Recursos de Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias, Hipotecárias e Debêntures	14	117.149.913,70	73.068.753,04
Obrigação por Emissão de Letras de Crédito Agronegócio		117.149.913,70	73.068.753,04
Relações Interfinanceiras	15	161.937.284,98	97.346.463,75
Repasse Interfinanceiros		161.937.284,98	97.346.463,75
Relações Interdependências	16	420.340,57	388.838,52
Recursos em Trânsito de Terceiros		420.340,57	388.838,52
Obrigações por Empréstimos e Repasses	15	3.836.887,33	6.203.181,01
Empréstimos no País		3.704.594,12	4.960.167,95
Repasse no País		132.293,21	1.243.013,06
Outras Obrigações	17	46.635.977,58	45.822.472,56
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		353.337,89	662.260,83
Sociais e Estatutárias	17.1	19.237.561,86	18.991.896,74
Fiscais e Previdenciárias	17.2	3.269.854,47	2.334.330,63
Diversas	17.3	23.775.223,36	23.833.984,36
Não Circulante		50.934.734,33	73.925.814,78
Recursos de Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias, Hipotecárias e Debêntures	14	1.119.217,85	1.370.422,82
Obrigação por Emissão de Letras de Crédito Agronegócio		1.119.217,85	1.370.422,82
Relações Interfinanceiras	15	45.668.448,99	69.361.194,17
Repasse Interfinanceiros		45.668.448,99	69.361.194,17
Outras Obrigações	17	4.147.067,49	3.194.197,79
Diversas		4.147.067,49	3.194.197,79
Patrimônio Líquido	19	366.135.090,29	290.170.689,40
Capital Social	19.1	196.318.010,63	184.016.472,76
Reserva de Sobras	19.2	217.688.010,95	171.339.768,22
Sobras ou Perdas Acumuladas		(47.870.931,29)	(65.185.551,58)
Perdas de Exercícios Encerrados	19.3.1	(83.669.255,84)	(90.595.566,52)
Sobras do Período	19.3.2	35.798.324,55	25.410.014,94
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		2.525.720.765,17	2.141.597.524,41

Ivair Luiz Filippi Chiella
PresidenteGilberto Belatto
Diretor OrganizacionalCamila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC

Demonstração das Sobras ou Perdas
Exercícios findos em 31 de dezembro

Descrição	Nota	Em Reais		
		2º Semestre 2019	2019	2018
Ingressos da Intermediação Financeira	21	163.338.821,15	314.538.430,21	275.627.439,40
Resultado com operações de crédito		156.444.328,51	301.205.253,46	265.322.872,70
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários		6.892.208,85	13.311.745,69	10.297.122,21
Resultado de aplicações compulsórias		2.283,79	21.431,06	7.444,49
Dispêndios da Intermediação Financeira	21.1	(84.999.121,09)	(168.218.367,39)	(176.652.673,02)
Operações de captação no mercado		(39.013.307,58)	(78.894.732,83)	(77.056.872,73)
Operações de empréstimos e repasses		(5.334.206,39)	(9.660.777,32)	(7.634.475,35)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(40.651.607,12)	(79.662.857,24)	(91.961.324,94)
Resultado bruto da intermediação financeira		78.339.700,06	146.320.062,82	98.974.766,38
Outras receitas (despesas) operacionais		(25.659.949,00)	(46.639.185,77)	(24.339.336,84)
Receitas de prestação de serviços	22	31.538.912,82	59.096.429,85	59.902.104,33
Despesas de pessoal	23	(35.473.374,93)	(67.593.510,01)	(58.255.897,66)
Outras despesas administrativas	24	(40.869.704,53)	(77.989.174,24)	(63.095.957,88)
Despesas Tributárias	25	(1.605.751,55)	(2.502.647,12)	(1.338.137,58)
Outras Receitas Operacionais	26	30.341.100,29	61.373.103,19	57.674.327,05
Outras Despesas Operacionais	27	(9.591.131,10)	(19.023.387,44)	(19.225.775,10)
Resultado operacional		52.679.751,06	99.680.877,05	74.635.429,54
Resultado não operacional	28	(3.983.303,53)	(4.626.848,66)	(3.410.090,35)
Resultado antes da tributação e da participação nas sobras		48.696.447,53	95.054.028,39	71.225.339,19
Imposto de renda e contribuição social		1.088.544,73	-	(78.474,89)
Imposto de Renda		670.486,39	-	(36.383,34)
Contribuição Social		418.058,34	-	(42.091,55)
Participação nas Sobras		(3.746.450,02)	(6.392.292,35)	(4.109.351,07)
Sobras Líquidas (perda)		46.038.542,24	88.661.736,04	67.037.513,23
Juros sobre o capital próprio		(1.905.622,07)	(3.921.786,55)	(4.093.788,98)
Sobras Líquidas após JCP		44.132.920,17	84.739.949,49	62.943.724,25

Ivair Luiz Filippi Chiella
Presidente

Gilberto Belatto
Diretor Organizacional

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Eventos	Reservas de Sobras					Sobras ou Perdas Acumuladas		Totais		Em Reais
	Capital Realizado	Legal	Fundo de Estabilidade	Fundo Desenvolvimento e Divulgação	Especiais	Perdas Acumuladas	Sobras do Período	Período Atual	Período Anterior	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	181.991.478,77	94.958.635,24	19.219.813,59	16.869,33	24.131.086,30	(103.936.659,70)	14.698.862,02	231.080.085,55	188.055.744,21	
Mutações do Período 2018	2.024.993,99	30.459.616,82	6.768.803,74	-	(4.215.056,80)	13.341.093,18	10.711.152,92	59.090.603,85	43.024.341,34	
Destinações do Período Anterior (Assembleia Geral Ordinária – AGO):										
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	-	-	(4.894,53)	(4.894,53)	-	
Crédito em Conta corrente	-	-	-	-	-	-	(2.791.826,17)	(2.791.826,17)	-	
Subscrição de Conta Capital	8.956.123,03	-	-	-	-	-	(8.956.123,03)	-	-	
Recuperação de Perdas por Incorporação	-	-	-	-	-	2.946.018,29	(2.946.018,29)	-	-	
Movimentação de Capital:										
Subscrição/Realização	9.101.226,15	-	-	-	-	-	-	9.101.226,15	12.934.071,50	
Devolução (-)	(20.036.840,70)	-	-	-	-	-	-	(20.036.840,70)	(9.968.216,21)	
Outros Eventos:										
FEF - SICOOB Central	-	-	-	-	662.017,01	-	-	662.017,01	1.120.245,00	
SC/RS - Atualização Monetária	-	-	-	-	(4.877.073,81)	-	-	(4.877.073,81)	-	
FEF - SICOOB Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
SC/RS - Amortização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Recuperação Por Perdas de Incorporação	-	-	-	-	-	8.729.874,89	-	8.729.874,89	1.543.752,57	
Sobras Líquidas do Período	-	-	-	-	-	-	67.037.513,23	67.037.513,23	35.676.896,47	
Remuneração de Juros ao Capital:										
Subscrição do Juros ao Capital	4.005.542,62	-	-	-	-	-	(4.093.788,98)	(88.246,36)	2.484.830,15	
IRRF sobre Juros ao Capital	(1.057,11)	-	-	-	-	-	-	(1.057,11)	(138,96)	
Utilização do FATES	-	-	-	-	-	-	4.844.224,48	4.844.224,48	3.897.512,98	
Destinação das Sobras aos Fundos obrigatórios:										
Ao FATES	-	-	-	-	-	-	(7.439.163,23)	(7.439.163,23)	(4.664.612,16)	
Constituições de Reservas	-	28.586.266,82	6.352.503,74	-	-	-	(34.938.770,56)	-	-	
Desmembramento de PA's										
Recuperação de Perdas de PA'S	-	-	-	-	-	4.163.000,00	-	4.163.000,00	-	
Destinação Por Recup.de Perdas de PA'S	-	1.873.350,00	416.300,00	-	-	(2.289.650,00)	-	-	-	
Destinação Por Recup. de Perdas de PA'S - FATES	-	-	-	-	-	(208.150,00)	-	(208.150,00)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	184.016.472,76	125.418.252,06	25.988.617,33	16.869,33	19.916.029,50	90.595.566,52	25.410.014,94	290.170.689,40	231.080.085,55	
Mutações do Período 2019	12.301.537,87	41.938.315,13	8.949.581,14	-	(4.539.653,54)	6.926.310,68	10.388.309,61	75.964.400,89	59.090.603,85	
Desmembramento de PA's										
Recuperação de Perdas de PA'S	-	-	-	-	-	-	-	-	4.163.000,00	
Destinação Por Recup. de Perdas de PA'S - FATES	-	-	-	-	-	-	-	-	(208.150,00)	
Capital	2.597.219,37	-	-	-	-	-	-	2.597.219,37	-	
Constituições de Reservas	-	1.665.200,00	-	-	-	(1.665.200,00)	-	-	-	
Sobras líquidas destinados aos PA's Desmembrados	-	-	-	-	-	-	(534.414,97)	(534.414,97)	-	
Destinações do Período Anterior (Assembleia Geral Ordinária – AGO):										
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	-	-	(9.814,23)	(9.814,23)	(4.894,53)	
Crédito em Conta Corrente	-	-	-	-	-	-	(6.878.440,20)	(6.878.440,20)	(2.791.826,17)	
Subscrição de Conta Capital	14.792.989,14	-	-	-	-	-	(14.792.989,14)	-	-	
Recuperação Por Perdas de Incorporação	-	-	-	-	-	3.194.356,40	(3.194.356,40)	-	-	
Movimentação de Capital:										
Subscrição/Realização	8.125.366,84	-	-	-	-	-	-	8.125.366,84	9.101.226,15	
Devolução (-)	(17.108.387,11)	-	-	-	-	-	-	(17.108.387,11)	(20.036.840,70)	
Outros Eventos:										
Recuperação Por Perdas de Incorporação	-	-	-	-	-	5.397.154,28	-	5.397.154,28	8.729.874,89	
FEF - SICOOB Central	-	-	-	-	489.927,00	-	-	489.927,00	662.017,01	
SC/RS - Atualização Monetária	-	-	-	-	(5.029.580,54)	-	-	(5.029.580,54)	(4.877.073,81)	
FEF - SICOOB Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
SC/RS - Amortização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Sobras Líquidas do Período	-	-	-	-	-	-	88.661.736,04	88.661.736,04	67.037.513,23	
Remuneração de Juros ao Capital:										
Subscrição do Juros ao Capital	3.895.367,19	-	-	-	-	-	(3.895.367,19)	-	(88.246,36)	
Capital - Ex associados	-	-	-	-	-	-	(26.419,36)	(26.419,36)	-	
Subscrição do Juros ao Capital - Ex associados	(1.017,56)	-	-	-	-	-	-	(1.017,56)	(1.057,11)	
IRRF sobre Juros ao Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	(138,96)	
Utilização do FATES	-	-	-	-	-	-	7.686.262,79	7.686.262,79	4.844.224,48	
Destinação das Sobras aos Fundos obrigatórios:										
Ao FATES	-	-	-	-	-	-	(7.405.191,46)	(7.405.191,46)	(7.439.163,23)	
Constituições de Reservas	-	40.273.115,13	8.949.581,14	-	-	-	(49.222.696,27)	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	196.318.010,63	167.356.567,19	34.938.198,47	16.869,33	15.376.375,96	83.669.255,84	35.798.324,55	366.135.090,29	290.170.689,40	

Ivair Luiz Filippi Chiella
Presidente

Gilberto Belatto
Diretor

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC

Demonstração do Fluxo de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro

Descrição	Em Reais		
	2º SEMESTRE 2019	2019	2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
AJUSTES POR:			
Sobras/Perdas do Exercício	48.696.447,53	95.054.028,39	71.225.339,19
Imposto de renda e contribuição social	1.088.544,73	-	(78.474,89)
Provisão para Operações de Crédito	10.476.844,12	9.247.766,73	7.314.615,82
Provisão de Juros ao Capital	(1.905.622,07)	(3.921.786,55)	(4.093.788,98)
Participação nas Sobras	(3.746.450,02)	(6.392.292,35)	(4.109.351,07)
Depreciações e Amortizações	2.508.931,30	(146.400,15)	4.055.198,60
	57.118.695,59	93.841.316,07	74.313.538,67
AUMENTO (REDUÇÃO) EM ATIVOS OPERACIONAIS			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(15.195.185,99)	(47.840.884,65)	(77.652.906,81)
Títulos e Valores Mobiliários	8.401.086,71	7.176.664,27	(46.659.382,32)
Operações de Crédito	(166.966.737,63)	(320.283.748,99)	(254.858.988,46)
Outros Créditos	(1.385.512,80)	10.597.553,68	(6.266.061,77)
Outros Valores e Bens	7.679.215,59	7.138.027,02	(1.799.948,18)
	218.831.596,53	308.158.839,87	225.387.537,36
AUMENTO (REDUÇÃO) EM PASSIVOS OPERACIONAIS			
Depósitos	81.303.429,27	68.651.836,84	68.792.222,97
Depósitos sob Aviso	(1.042.037,64)	(1.076.641,55)	(271.200,40)
Depósitos a Prazo	118.013.639,32	156.424.029,75	98.642.574,37
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	26.532.001,06	43.829.955,69	40.672.619,74
Outras Obrigações	(2.476.020,98)	1.766.374,72	3.522.420,88
Relações Interdependências	344.734,19	31.502,05	50.982,30
Relações Interfinanceiras	(3.757.298,13)	40.898.076,05	17.324.599,78
Obrigações por Empréstimos no País	246.521,82	(1.255.573,83)	(2.071.347,94)
Obrigações por Repasses no País	(333.372,38)	(1.110.719,85)	(1.275.334,34)
	108.483.158,00	58.787.767,27	(87.536.211,51)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Investimento	-	(325.046,12)	(994.598,91)
Imobilizações de Uso	(9.559.089,05)	(10.790.699,04)	(4.025.913,73)
	(9.559.089,05)	(11.115.745,16)	(5.020.512,64)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	-	(9.814,23)	(4.894,53)
Destinação de Sobras Exercício Anterior em Conta Corrente	-	(6.878.440,20)	(2.791.826,17)
Aumento por novos aportes de Capital	3.949.547,19	8.125.366,84	9.101.226,15
Devolução de Capital à Cooperados	(5.548.153,32)	(17.108.387,11)	(20.036.840,70)
Subscrição do Juros ao Capital	3.921.786,55	3.921.786,55	4.093.788,98
Juros ao Capital à Pagar Ex-associados	(26.419,36)	(26.419,36)	(88.246,36)
IRRF sobre Juros ao Capital	(1.017,56)	(1.017,56)	(1.057,11)
Recuperação de Perdas P/Incorporação	2.163.274,38	5.397.154,28	8.729.874,89
FEF SICOOB Central SC/RS - Amortização	-	(5.029.580,54)	(4.877.073,81)
FEF SICOOB Central SC/RS - Atualização Monetária	211.204,39	489.927,00	662.017,01
Utilização do FATES	7.686.262,79	7.686.262,79	4.844.224,48
Destinação de Sobras Exercício ao FATES	(7.405.191,46)	(7.405.191,46)	(7.439.163,23)
Capital - desmembramento de PA'S	-	2.597.219,37	-
Sobras Líquidas do Período - desmembramento de PA'S	-	(534.414,97)	-
Recuperação de Perdas de PA'S	-	-	4.163.000,00
Destinação Por Recup. de Perdas de PA'S - FATES	-	-	(208.150,00)
	4.951.293,60	(8.775.548,60)	(3.853.120,40)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	103.875.362,55	38.896.473,51	(96.409.844,55)
Modificações em Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	525.666.924,84	590.645.813,88	687.055.658,43
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	629.542.287,39	629.542.287,39	590.645.813,88
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	103.875.362,55	38.896.473,51	(96.409.844,55)

Ivaír Luiz Filippi Chiella
Presidente

Gilberto Belatto
Diretor Organizacional

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO MAXI ALFA DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS - SICOOB MAXICRÉDITO - SICOOB MAXICRÉDITO**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **16/11/1984**, filiada à **CCC DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL – SICOOB CENTRAL SC/RS** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB MAXICRÉDITO** possui **75** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **CHAPECÓ - SC, ILHOTA - SC, FLORIANÓPOLIS - SC, NOVA ITABERABA - SC, GUATAMBÚ - SC, BRUSQUE - SC, JARAGUÁ DO SUL - SC, SÃO JOSÉ - SC, ÁGUAS DE CHAPECÓ - SC, UNIÃO DO OESTE - SC, SANTIAGO DO SUL - SC, LAJEADO GRANDE - SC, PLANALTO ALEGRE - SC, CAXAMBU DO SUL - SC, ITAJAÍ - SC, NOVA ERECHIM - SC, ENTRE RIOS - SC, CORONEL FREITAS - SC, XAXIM - SC, ÁGUAS FRIAS - SC, QUILOMBO - SC, IRATI - SC, FORMOSA DO SUL - SC, JARDINÓPOLIS - SC, BLUMENAU - SC, MAREMA - SC, SÃO BERNARDINO - SC, GUARAMIRIM - SC, BALNEÁRIO PIÇARRAS - SC, GASPARGAR - SC, PENHA - SC, TIMBÓ - SC, CAMPO ERÊ - SC, BALNEÁRIO CAMBORIÚ - SC, CORDILHEIRA ALTA - SC, POMERODE - SC, BARRA VELHA - SC, GUABIRUBA - SC, RIO DOS CEDROS - SC, LUIZ ALVES - SC, MASSARANDUBA - SC, LAURENTINO - SC, IMBITUBA - SC, CORUPÁ - SC.**

O **SICOOB MAXICRÉDITO** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 03/02/2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os

pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicação em Títulos e Valores Mobiliários

As aplicações financeiras a serem mantidas até o seu vencimento são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

f) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

g) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

h) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS** e ações do **BANCOOB**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

i) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2019** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2019**.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Disponibilidades	39.417.041,36	19.613.728,36
Aplicações Interfinanceiras até 90 dias	6.160.319,33	1.285.724,29
Títulos e Valores Mobiliários até 90 dias	11.090.221,86	231.060,86
Relações Interfinanceiras	572.874.704,84	569.515.300,37
Saldo	629.542.287,39	590.645.813,88

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	97.850.204,63	33.803.906,16	32.449.573,20	46.489.057,90
TOTAL	97.850.204,63	33.803.906,16	32.449.573,20	46.489.057,90

Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no **BANCOOB** com remuneração entre 101% e 102% do CDI.

6. Títulos e valores mobiliários

As aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Títulos de Renda Fixa	37.850.309,91	25.611.471,66	3.004.827,93	35.233.113,53
Vinculados a Prestação de Garantias	59.055.194,99	11.276,70	-	80.607.815,07
TOTAL	96.905.504,90	25.622.748,36	3.004.827,93	115.840.928,60

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no **SICOOB CENTRAL SC/RS**, com remuneração de, aproximadamente, entre 90% e 104% do CDI.

7. Relações interfinanceiras

As aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Centralização Financeira – Cooperativas	572.874.704,84	569.515.300,37
TOTAL	572.874.704,84	569.515.300,37

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL SC/RS** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

8. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2019			31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	559.539.742,46	587.132.234,34	1.146.671.976,80	923.421.088,74
Financiamentos	82.729.737,08	187.754.134,35	270.483.871,43	213.674.467,80
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	162.612.955,96	44.619.544,97	207.232.500,93	167.009.043,63
Total de Operações de Crédito	804.882.435,50	819.505.913,66	1.624.388.349,16	1.304.104.600,17
(-) Provisões para Operações de Crédito	(58.216.429,47)	(68.748.179,74)	(126.964.609,21)	(117.716.842,48)
TOTAL	746.666.006,03	750.757.733,92	1.497.423.739,95	1.186.387.757,69

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
AA	-	Normal	48.357.041,32	11.852,36	9.333.983,76	4.248.531,35	61.951.408,79	-	25.316.725,61	-
A	0,50%	Normal	334.685.481,67	5.870.995,63	76.638.937,48	133.766.443,38	550.961.858,16	(2.754.809,29)	361.814.065,96	(1.809.070,00)
B	1%	Normal	313.600.413,85	3.848.715,22	81.459.759,68	46.861.319,39	445.770.208,14	(4.457.702,08)	480.855.445,32	(4.808.554,45)
B	1%	Vencidas	2.487.640,97	259.988,54	1.206.492,81	97.105,70	4.051.228,02	(40.512,28)	11.177.484,16	(111.774,84)
C	3%	Normal	226.921.179,02	7.357.496,68	70.643.754,33	14.886.260,29	319.808.690,32	(9.594.260,71)	224.543.366,77	(6.736.301,00)
C	3%	Vencidas	4.849.012,09	24.087,80	2.049.077,31	393.781,55	7.315.958,75	(219.479,00)	9.902.947,12	(297.088,41)
D	10%	Normal	63.159.722,86	3.455.136,82	10.929.361,43	3.048.854,35	80.593.075,46	(8.059.307,55)	46.456.014,32	(4.645.601,43)
D	10%	Vencidas	6.102.654,40	134.397,21	1.740.982,24	69.983,37	8.048.017,22	(804.801,72)	9.013.053,81	(901.305,38)
E	30%	Normal	18.679.567,49	1.203.164,91	5.652.146,65	1.477.745,84	27.012.624,89	(8.103.787,47)	19.601.375,75	(5.880.412,73)
E	30%	Vencidas	13.671.009,10	248.855,75	2.294.799,80	138.531,73	16.353.196,38	(4.905.958,91)	13.483.265,66	(4.044.979,70)
F	50%	Normal	10.640.502,14	679.502,08	760.260,48	703.647,54	12.783.912,24	(6.391.956,12)	11.339.433,27	(5.669.716,64)
F	50%	Vencidas	9.896.784,29	218.328,25	1.338.971,85	160.677,76	11.614.762,15	(5.807.381,08)	10.109.253,08	(5.054.626,54)
G	70%	Normal	2.304.909,36	264.142,88	268.534,48	29.544,73	2.867.131,45	(2.006.992,02)	2.749.254,95	(1.924.478,47)
G	70%	Vencidas	3.720.786,44	170.279,28	879.598,75	24.782,38	4.795.446,85	(3.356.812,80)	6.366.659,98	(4.456.661,99)
H	100%	Normal	27.645.794,30	776.589,92	571.580,00	575.994,70	29.569.958,92	(29.569.976,76)	25.597.930,58	(25.597.947,07)
H	100%	Vencidas	33.666.398,94	1.759.545,23	4.715.630,38	749.296,87	40.890.871,42	(40.890.871,42)	45.778.323,83	(45.778.323,83)
Total Normal			1.045.994.612,01	23.467.596,50	256.258.318,29	205.598.341,57	1.531.318.868,37	(70.938.792,00)	1.198.273.612,53	(57.072.081,79)
Total Vencidos			74.394.286,23	2.815.482,06	14.225.553,14	1.634.159,36	93.069.480,79	(56.025.817,21)	105.830.987,64	(60.644.760,69)
Total Geral			1.120.388.898,24	26.283.078,56	270.483.871,43	207.232.500,93	1.624.388.349,16	(126.964.609,21)	1.304.104.600,17	(117.716.842,48)
Provisões			(104.217.660,79)	(4.375.598,18)	(14.182.281,67)	(4.189.068,57)	(126.964.609,21)		(117.716.842,48)	-
Total Líquido			1.016.171.237,45	21.907.480,38	256.301.589,76	203.043.432,36	1.497.423.739,95		1.186.387.757,69	-

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	273.280.939,74	286.258.802,72	587.132.234,34	1.146.671.976,80
Financiamentos	23.790.480,19	58.939.256,89	187.754.134,35	270.483.871,43
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	20.880.301,98	141.732.653,98	44.619.544,97	207.232.500,93
TOTAL	317.951.721,91	486.930.713,59	819.505.913,66	1.624.388.349,16

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2019	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	125.091.175,71	17.064.777,62	-	142.155.953,33	8,75%
Setor Privado - Indústria	29.896.335,07	4.424.490,23	704.817,47	35.025.642,77	2,16%
Setor Privado - Serviços	626.589.181,03	115.832.061,43	1.965.786,28	744.387.028,74	45,83%
Pessoa Física	360.302.967,31	133.007.112,09	180.172.211,02	673.482.290,42	41,46%
Outros	4.792.317,68	155.430,06	24.389.686,16	29.337.433,90	1,81%
TOTAL	1.146.671.976,80	270.483.871,43	207.232.500,93	1.624.388.349,16	100,00%

e) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Devedor	26.444.723,87	1,63%	22.396.200,72	1,72%
10 Maiores Devedores	98.807.915,01	6,08%	63.216.208,45	4,85%
50 Maiores Devedores	208.956.625,67	12,86%	151.619.777,41	11,62%

f) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	314.153.448,85	259.919.833,12
Valor das operações transferidas no período	52.858.189,18	73.482.917,73
Valor das operações recuperadas no período	(17.765.533,59)	(13.363.178,11)
Saldo Prejuízo Migração PA's	-	(5.886.123,89)
TOTAL	349.246.104,44	314.153.448,85

9. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Avais e Fianças Honrados (a)	3.202.219,50	-	2.645.635,15	-
Rendas a Receber				
Serviços prestados a receber	1.318.862,41	-	848.551,95	-
Outras rendas a receber	118.892,15	-	93.147,20	-
Rendimentos Centralização Financeira - Central (b)	6.884.002,67	-	2.993.672,76	-
Diversos				
Adiantamentos e antecipações salariais	122.845,67	-	347.591,49	-
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	458.339,76	-	467.497,77	-
Adiantamentos por conta de imobilizações	19.588,59	-	1.342.084,75	-
Devedores por compra de valores e bens (c)	10.137.242,29	-	-	-
Devedores por depósitos em garantia (d)	-	4.557.956,61	-	4.266.529,38
Impostos e contribuições a compensar	1.762.331,67	-	2.788.167,57	-
Imposto de renda a recuperar	0,00	-	15.617,55	-
Pagamentos a ressarcir	11.912,49	-	2.571.403,22	-
Títulos e créditos a receber (e)	40.518.255,45	-	47.424.597,52	-
Devedores diversos - país	183.019,43	-	13.481.355,67	-
(-) Provisões para outros créditos				
(-) Com características de concessão de crédito (f)	(2.611.717,76)	-	(2.052.483,94)	-
(-) Sem características de concessão de crédito	(4.160.711,20)	-	(4.112.774,63)	-
TOTAL	57.965.083,12	4.557.956,61	68.854.064,03	4.266.529,38

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados refere-se por operações oriundas de cartões de crédito vencidos de associados da cooperativa cedidos pelo **BANCOOB**, em virtude de cobrança contratual.

(b) Refere-se à remuneração mensal da centralização financeira a receber do **SICOOB CENTRAL SC/RS** referente ao mês de dezembro/2019.

(c) devedores por compra de valores e bens, estão registrados valores referentes a bens vendidos recebidos como objeto de dação em pagamento e/ou expropriação de bens alocados em garantia nas operações de crédito.

(d) Refere-se, substancialmente, por depósitos em juízo para ação judicial de PIS e COFINS sobre Atos Cooperativos, trabalhistas e outros recursos de natureza cível.

(e) Em títulos e créditos a receber encontra-se registrado os Bens Não de Uso Próprio administrados pelo SICOOB CONFEDERAÇÃO, conforme regulamento do Fundo de Gestão de Bens Não de Uso Próprio.

(f) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação		Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
AA	- Normal	-	154.981,55	154.981,55	-	-	-
A	0,5% Normal	-	6.141.215,51	6.141.215,51	(30.706,80)	-	-
B	1% Normal	-	2.678.383,61	2.678.383,61	(26.783,84)	-	-
B	1% Vencidas	-	176.988,82	176.988,82	(1.769,89)	-	-
C	3% Normal	-	985.672,80	985.672,80	(29.570,18)	-	-
E	30% Normal	297.932,65	-	297.932,65	(89.379,80)	231.451,83	(69.436,05)
E	30% Vencidas	366.043,17	-	366.043,17	(109.812,95)	359.596,85	(107.879,06)
F	50% Normal	27.794,16	-	27.794,16	(13.897,08)	36.088,37	(18.044,19)
F	50% Vencidas	240.158,30	-	240.158,30	(120.079,15)	184.098,94	(92.049,47)
G	70% Normal	29.025,65	-	29.025,65	(20.317,95)	29.917,62	(20.942,33)
G	70% Vencidas	239.551,50	-	239.551,50	(167.686,05)	201.162,35	(140.813,65)
H	100% Normal	84.373,98	-	84.373,98	(84.373,98)	29.170,39	(29.170,39)
H	100% Vencidas	1.917.340,09	-	1.917.340,09	(1.917.340,09)	1.574.148,80	(1.574.148,80)
Total Normal		439.126,44	9.960.253,47	10.399.379,91	(295.029,63)	326.628,21	(137.592,96)
Total Vencidos		2.763.093,06	176.988,82	2.940.081,88	(2.316.688,13)	2.319.006,94	(1.914.890,98)
Total Geral		3.202.219,50	10.137.242,29	13.339.461,79	(2.611.717,76)	2.645.635,15	(2.052.483,94)
Provisões		(2.522.887,77)	(88.829,99)	(2.611.717,76)		(2.052.483,94)	
Total Líquido		679.331,73	10.048.412,30	10.727.744,03		593.151,21	

10. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Bens Não de Uso Próprio (a)	16.727.546,07	24.035.018,45
Material em Estoque	459.471,30	493.060,46
Despesas Antecipadas (b)	538.852,52	335.818,00
TOTAL	17.725.869,89	24.863.896,91

(a) Em Bens Não de Uso Próprio, estão registrados valores referentes aos bens recebidos como dação em pagamento e/ou objeto de expropriação de bens alocados em garantia nas operações de crédito, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, processamento de dados, e contribuição confederativa.

11. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS** e ações do **BANCOOB**.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Participações Em Cooperativa Central De Crédito	29.937.874,25	29.937.874,25
Participações Inst Financ Controlada Coop Crédito	2.400.331,50	2.075.285,38
Outras Participações	1.000,00	1.000,00
Outros Investimentos	21.086,43	21.086,43
TOTAL	32.360.292,18	32.035.246,06

12. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2019	31/12/2018
Imobilizado em Curso (a)		6.244.595,01	0,00
Edificações	4%	21.997.955,14	21.997.955,14
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(3.104.170,19)	(2.224.252,07)
Instalações	10%	8.133.667,33	4.156.211,89
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(1.465.538,69)	(726.900,76)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	16.496.977,65	15.098.717,19
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(6.334.764,07)	(6.294.738,09)
Sistema de Comunicação	20%	903.121,60	940.296,68
Sistema de Processamento de Dados	20%	14.184.406,71	15.069.966,47
Sistema de Segurança	10%	3.280.479,73	3.595.117,16
Sistema de Transporte	20%	1.409.901,99	1.077.049,27
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(12.602.084,34)	(14.542.267,98)
TOTAL		49.144.547,87	38.147.154,90

(a) As imobilizações em curso referem-se à aquisição de imóveis para ampliação e reforma das instalações do centro administrativo PA 00 – Chapecó, e serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

13. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos preestabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Depósito à Vista	352.627.409,82	283.975.572,98
Depósito Sob Aviso	4.301.404,42	5.378.045,97
Depósito a Prazo	1.421.741.722,15	1.265.317.692,40
TOTAL	1.778.670.536,39	1.554.671.311,35

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Depositante	53.917.167,43	2,84%	58.449.165,66	3,59%
10 Maiores Depositantes	160.499.458,41	8,46%	136.771.434,53	8,40%
50 Maiores Depositantes	288.775.276,46	15,22%	263.097.669,59	16,15%

O total da Carteira está representado pelos Depósitos e Letras de Crédito do Agronegócio – LCA.

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2019	2018
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(298.789,94)	(346.531,48)
Despesas de Depósitos a Prazo	(71.370.842,31)	(71.416.487,54)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(2.562.058,23)	(2.271.250,27)
TOTAL	(74.231.690,48)	(74.034.269,29)

14. Recursos de Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias, Hipotecárias e Debêntures

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04). São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Obrigações por Emissão Letras Crédito Agronegócio	118.269.131,55	74.439.175,86
TOTAL	118.269.131,55	74.439.175,86

a) Despesas com operações de a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA:

Descrição	2019	2018
Despesa Letras de Crédito do Agronegócio	(4.663.042,35)	(3.022.603,44)
TOTAL	(4.663.042,35)	(3.022.603,44)

15. Relações interfinanceiras e Obrigações por empréstimos

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos do BANCOOB	156.072.278,88	43.041.578,17	37.319.289,24	56.196.300,41
Cooperativa Central	9.569.600,22	2.626.870,82	64.987.342,46	13.164.893,76
Banco BNDES	132.293,21	-	1.197.605,72	-
Banco Bradesco	-	-	45.407,34	-
TOTAL	165.774.172,31	45.668.448,99	103.549.644,76	69.361.194,17

16. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Ordens de Pagamento (a)	306.238,56	184.252,40
Recebimentos em Trânsito de Terceiros (b)	114.102,01	204.586,12
TOTAL	420.340,57	388.838,52

(a) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros.

(b) Trata-se de recursos referentes a convênios com concessionários de serviços públicos, conforme contrato de prestação de serviços.

17. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	353.337,89	-	662.260,83	-
Sociais e Estatutárias	19.237.561,86	-	18.991.896,74	-
Fiscais e Previdenciárias	3.269.854,47	-	2.334.330,63	-
Diversas	23.775.223,36	4.147.067,49	23.833.984,36	3.194.197,79
TOTAL	46.635.977,58	4.147.067,49	45.822.472,56	3.194.197,79

17.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Resultado De Atos Com Associados (a)	7.874.902,17	3.641.080,87
Resultado De Atos Com Não Associados	2.934.010,05	7.087.765,77
Gratificações E Participações A Pagar (b)	6.636.161,57	4.565.515,70
Cotas De Capital A Pagar (c)	1.792.488,07	3.697.534,40
TOTAL	19.237.561,86	18.991.896,74

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se a provisão do Programa de Participação nos Resultados, aprovado pelo Conselho de Administração, calculado considerando as verbas salariais em relação aos indicadores, pesos e metas estabelecidos em regulamento próprio.

(c) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

17.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Impostos E Contribuições S/ Serviços De Terceiros	426.836,26	310.769,32
Impostos E Contribuições Sobre Salários	1.928.127,05	1.599.192,70
Outros	914.891,16	424.368,61
TOTAL	3.269.854,47	2.334.330,63

17.3 Diversas

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	154.364,47	-	67.750,83	-
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros	1.539.581,00	-	839.175,07	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	9.997.171,61	-	9.837.997,02	-
Provisão para Passivos Contingentes (b)	4.083.663,29	-	2.841.462,43	-
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (c)	2.177.413,10	4.147.067,49	1.989.287,92	3.194.197,79
Credores Diversos – País (d)	5.823.029,89	-	8.258.311,09	-
TOTAL	23.775.223,36	4.147.067,49	23.833.984,36	3.194.197,79

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas de pessoal, outras despesas administrativas e outros pagamentos.

(b) É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais, trabalhistas e cíveis em que a Cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98	2.016.376,05	2.400.055,39	1.966.614,94	2.370.152,97
Trabalhistas	1.248.672,56	608.420,43	421.178,10	345.976,15
Cíveis	818.614,68	1.549.480,79	453.669,39	1.550.400,26
TOTAL	4.083.663,29	4.557.956,61	2.841.462,43	4.266.529,38

PIS e COFINS - Quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a Cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes aos exercícios de 2000 a 2004 para o COFINS e de 2002 a 2004 para o PIS, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de provisão das causas judiciais obedecem a Resolução CMN nº 3.823/2009, portanto, quando exista na data do balanço uma obrigação de "Provável Perda", a Cooperativa reconhece a provisão e quando não for de "Provável Perda", a instituição divulga a contingência passiva, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB MAXICRÉDITO**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$6.835.422,95. Essas ações abrangem, basicamente, ações trabalhistas, fiscais ou cíveis acerca das principais características das ações, quando relevantes.

(c) Refere-se à contabilização, a partir de 19/08/2005, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme

Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **31 de dezembro de 2019**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$171.955.422,22 (R\$139.168.412,56 em **31/12/2018**), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(d) Refere-se, substancialmente credores diversos-liquidação cobrança, cheques depositados e a créditos de terceiros.

18. Instrumentos financeiros

O **SICOOB MAXICRÉDITO** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

19. Patrimônio líquido

19.1) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social o associado delegado presente na Assembleia Geral terá direito a 01 (um) voto, independentemente do número de quotas-partes que esteja representando.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	196.318.010,63	184.016.472,76
Associados	172.911	160.185

19.2) Reservas de Sobras

19.2.1) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 45%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	125.418.252,06	94.958.635,24
Destinações	40.273.115,13	28.586.266,82
Destinação Por Recup.de Perdas de PA'S	-	1.873.350,00
Constituição por Desmembramentos de PA'S	1.665.200,00	-
TOTAL	167.356.567,19	125.418.252,06

Em **2018**, a SICOOB Maxicrédito, em decorrência de negociações com a cooperativa SICOOB São Miguel, efetuou o desmembramento dos PA's Vila Nova e Iriirú em Joinville/SC e Indaial/SC. Essa migração é oriunda de acordo realizado em abril de 2016, entre as cooperativas, quando foi realizada a incorporação do SICOOB Blucredi Sul pela SICOOB Maxicrédito.

Em 28/09/2018 o Conselho de Administração da SICOOB Maxicrédito, conforme registro na ata nº 473, aprovou a extinção dos PA's a serem migrados para Sicoob São Miguel. Em 03/12/2018 foi realizada a migração.

19.2.2) Fundo de Estabilidade Financeira – FEF

Representada pelas destinações das sobras, no percentual de 10%, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	25.988.617,33	19.219.813,59
Destinação	8.949.581,14	6.352.503,74
Destinação Por Recup.de Perdas de PA'S	-	416.300,00
TOTAL	34.938.198,47	25.988.617,33

19.2.3) Reserva Especiais - FEF - SICOOB Central SC/RS

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	19.916.029,50	24.131.086,30
Atualização Monetária	489.927,00	662.017,01
Amortização	(5.029.580,54)	(4.877.073,81)
TOTAL	15.376.375,96	19.916.029,50

Representada pelo repasse de recursos oriundo do Fundo de Estabilidade Financeira do **SICOOB CENTRAL SC/RS** com objetivo de recompor o enquadramento dos limite operacionais do SICOOB Maxicredito e demais indicadores, pelos efeitos da incorporação da Blucredi, a atualização dos recursos obtidos, no valor de R\$24.000,000.00(vinte e quatro milhões de reais), será procedida mensalmente, tendo como base 50%(cinquenta) por cento do CDI-Certificado de Depósito Interbancários e os pagamentos em 05 parcelas anuais, sendo a primeira em abril/2018 e a última abril/2022.

19.3) Sobras Acumuladas ou Perdas Acumuladas

19.3.1) Perdas de Exercício Encerrado

A Cooperativa apresentou no exercício, Perdas Acumuladas no valor de R\$ 83.669.255,84 (oitenta e três milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos) referente as incorporações da cooperativa Blucredi, conforme demonstrativo abaixo:

Descrição	2019	2018
Perdas Acumuladas – Incorporação – Blucredi	(83.669.255,84)	(90.595.566,52)

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de junho de 2017, os associados aprovaram o Plano de Ajuste dos efeitos da incorporação da BLUCREDI pela Cooperativa, em cumprimento ao disposto no Ofício 5784/2017-BCB/DESUC de 06/04/2017, que acata a decisão da Assembleia para o alongamento do prazo de pagamento das perdas rateadas da Blucredi, de forma que ao final de 5 anos aprovados em Assembleia, conceda-se mais 10 anos para que a Maxicredito realize a compensação das perdas, mediante controle extra contábil das respectivas parcelas e o mesmo controle deverá ser mantido com relação aos valores atribuídos a cada associado, por conta da distribuição das sobras apuradas em exercícios posteriores e absorva os rateios não recebidos com o resultado obtido pela cooperativa ao longo deste período, conforme decisão da AGO e, absorção das perdas da Blucredi do 1º trimestre de 2016 em 15 anos com reservas a serem constituídas a partir de 2017.

19.3.2) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 15 de março de 2019 os cooperados deliberaram a distribuição da sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2018**, no valor de R\$25.410.014,94 (vinte e quatro milhões, quatrocentos e dez mil, catorze reais e noventa e quatro centavos), R\$ 17.278.810,16 pela capitalização de novas quotas-parte de capital e R\$8.131.204,78 distribuídos na conta corrente de cada associado. Sendo destinado da seguinte forma:

Descrição	
Ao Capital	14.792.989,14
Cotas de Capital à Pagar - Ex Associados (a)	9.814,23
Crédito em Conta Corrente	6.878.440,20
Recuperação Por Perdas de Incorporação	3.194.356,40
Sobras líquidas destinados aos PA's Desmembrados em 2018	534.414,97
Sobras Distribuídas	25.410.014,94

Para o exercício findo em **31 de dezembro de 2019**, o montante de sobras acumuladas e as destinações estatutárias e legais da sobra líquida foram:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
01. Resultado depois Trib. s/ Lucro	88.661.736,04	67.037.513,23
02. Remuneração sobre o Capital Próprio	(3.921.786,55)	(4.093.788,98)
03. Sobras Líquidas do Período (1-2)	84.739.949,49	62.943.724,25
04. Utilização de Reserva	7.686.262,79	4.844.224,48
(+) FATES	7.686.262,79	4.844.224,48
05. Resultado do Período (3+4)	92.426.212,28	67.787.948,73
06. Destinações Estatutárias e Legais	(56.627.887,73)	(42.377.933,79)
(-) FATES Resultado com Não Associados	(2.930.400,89)	(4.262.911,36)
(-) FATES	(4.474.790,57)	(3.176.251,87)
(-) Reserva Legal	(40.273.115,13)	(28.586.266,82)
(-) Fundo de Estabilidade Financeira - FEF	(8.949.581,14)	(6.352.503,74)
07. Sobra à disposição da Assembleia Geral (5+6)	35.798.324,55	25.410.014,94

20. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi de 35% da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, aprovada em reunião do Conselho de Administração do dia 7/12/2018, ata nº 480. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

21. Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	2019	2018
Rendas De Adiantamentos A Depositantes	2.452.040,22	2.616.909,13
Rendas De Empréstimos	183.996.012,14	166.254.518,71
Rendas De Direitos Creditórios Descontados	31.131.493,32	27.871.496,32
Rendas De Financiamentos	41.144.421,01	37.019.504,25
Rendas De Financiamentos Rurais - Aplicações Com Recursos Livres	776.537,45	534.899,81
Rendas De Financiamentos Rurais - Aplic. Com Recursos Direcionados À Vista (Obrigatórios)	6.225.116,06	5.363.070,99
Rendas De Financiamentos Rurais - Aplic. Com Recursos Direcionados Da Poupança Rural	2.409.221,42	1.335.188,20
Rendas De Financiamentos Rurais - Aplic. Com Recursos Direcionados De LCA	82.241,80	50.405,15
Rendas De Financiamentos Rurais - Aplicações Com Recursos De Fontes Públicas	-	13.637,47
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	32.988.170,04	24.263.242,67
Rendas De Aplicações Interfinanceiras De Liquidez	6.218.665,94	756.577,24
Rendas De Títulos De Renda Fixa	7.093.079,75	9.540.544,97
Rendas De Créditos Vinculados Ao Crédito Rural	21.431,06	7.444,49
TOTAL	314.538.430,21	275.627.439,40

21.1 Dispêndios da Intermediação Financeira

Descrição	2019	2018
Despesas De Captação	(78.894.732,83)	(77.056.872,73)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(9.660.777,32)	(7.634.475,35)
Provisões Para Operações De Crédito	(79.662.857,24)	(91.961.324,94)
TOTAL	(168.218.367,39)	(176.652.673,02)

22. Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2019	2018
Rendas De Cobrança	11.829.320,65	9.814.405,71
Rendas De Pacotes De Serviços - PF	12.974.156,82	11.948.976,95
Rendas De Serviços Prioritários - PF	3.744.206,25	3.413.170,64
Rendas De Serviços Diferenciados - PF	17.950,01	36.336,40
Rendas De Tarifas Bancárias - PJ	16.213.230,20	15.303.769,48
Rendas Prestação De Serviços - Comissão	3.398.293,61	2.146.045,90
Rendas Intercâmbio - Cartão De Crédito (a)	1.700.083,47	-
Rendas Intercâmbio - Cartão De Débito (a)	1.237.209,19	-
Rendas Recebidas Do Bancoob	364.878,23	552.543,90
Crédito Receita Sipag - Credenciamento	34.437,68	162.234,06
Comissão Cartões De Crédito	504.554,26	150.932,15
Tarifa Anuidade Cartão De Crédito	3.008.705,40	2.000.476,57
Outras Rendas Serviços - Atos Cooperativos	910.619,65	11.965.364,20
Rendas De Outros Serviços	3.158.784,43	2.407.848,37
TOTAL	59.096.429,85	59.902.104,33

(a) Em 2018 esses valores eram contabilizados no grupo de Outras Receitas Operacionais e foram reclassificados para Receitas de Prestação de Serviços, para melhor adequação contábil e tributária.

23. Despesas de Pessoal

Descrição	2019	2018
Despesas de Honorários	(3.150.730,25)	(3.080.401,12)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(15.597.283,86)	(13.757.299,71)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(12.205.931,19)	(10.643.108,30)
Despesas de Pessoal - Proventos	(33.532.357,78)	(28.692.067,12)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(2.173.076,49)	(1.547.218,83)
Despesas de Remuneração De Estagiários	(934.130,44)	(535.802,58)
TOTAL	(67.593.510,01)	(58.255.897,66)

24. Outras Despesas Administrativas

Descrição	2019	2018
Despesas de Água Energia E Gás	(1.584.632,29)	(1.361.665,26)
Despesas de Aluguéis	(7.656.041,95)	(6.440.097,71)
Despesas de Comunicações	(2.106.103,61)	(2.111.713,39)
Despesas de Manutenção E Conservação De Bens	(1.578.367,27)	(1.911.346,14)
Despesas de Material	(832.123,60)	(746.923,63)
Despesas de Processamento De Dados	(8.277.025,58)	(6.410.940,14)
Despesas de Promoções E Relações Públicas	(3.353.548,38)	(2.663.967,07)
Despesas de Propaganda E Publicidade	(4.115.265,15)	(952.680,23)
Despesas de Publicações	(45.270,74)	(55.892,84)
Despesas de Seguros	(386.339,41)	(261.955,21)
Despesas de Serviços Do Sistema Financeiro	(10.652.750,06)	(9.104.571,56)
Despesas de Serviços De Terceiros	(3.022.296,72)	(2.376.220,01)
Despesas de Serviços De Vigilância E Segurança	(4.891.142,93)	(4.968.012,32)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(4.529.952,96)	(1.982.108,73)
Despesas de Transporte	(3.520.400,05)	(4.330.197,61)
Despesas de Viagem No País	(70.443,61)	(102.420,87)
Outras Despesas Administrativas	(10.719.360,47)	(10.159.946,67)
Despesas de Amortização	(28.050,82)	(168.786,06)
Despesas de Depreciação	(5.402.497,16)	(4.590.890,18)
Despesas de Provisões Passivas	(5.217.561,48)	(2.395.622,25)
TOTAL	(77.989.174,24)	(63.095.957,88)

25. Despesas Tributárias

Descrição	2019	2018
Despesas Tributarias	(928.476,50)	(341.129,09)
Desp.de Imposto S/ Serv.De Qualquer Natureza - ISS	(557.716,05)	(262.325,06)
Despesas de Contribuição Ao COFINS	(595.559,51)	(393.968,94)
Despesas de Contribuição Ao PIS/PASEP	(420.895,06)	(340.714,49)
TOTAL	(2.502.647,12)	(1.338.137,58)

26. Outras Receitas Operacionais

Descrição	2019	2018
Recuperação De Encargos E Despesas	1.819.376,50	1.298.333,54
Rendas De Créditos Por Avais E Fianças Honorados	4.317,87	53.955,53
Rendas De Créditos Específicos	86.031,29	555.980,94
Ingressos De Depósitos Intercooperativos	33.597.918,07	43.721.542,03
Reversão Provisão Para Garantias Prestadas	4.082.112,43	632.984,78
Rendas Juros Cartão De Crédito	5.282.569,99	3.577.529,87
Rendas Multas Por Atraso - Cartão De Crédito	595.059,65	466.386,35
Dividendos	325.041,76	247.816,34
Crédito Receita Sipag - Faturamento	1.955.028,06	499.717,55
Crédito Receita Sipag - Antecipação	2.537.690,34	1.802.623,18
Rendas Intercâmbio - Cartão de Débito (a)	-	1.024.519,40
Rendas Intercâmbio - Cartão de Crédito (a)	-	1.102.769,22
Deduções E Abatimentos	52.525,89	-
Distribuição De Sobras Da Central	9.001.848,43	743.331,84
Atualização Depósitos Judiciais	117.434,98	46.610,94
Rendas De Repasses Delcredere	1.086.147,60	772.628,14
Outras Rendas Operacionais	830.000,33	1.127.597,40
TOTAL	61.373.103,19	57.674.327,05

(a) Em 2019 esses valores foram contabilizados no grupo de Receitas de Prestação de Serviços, para melhor adequação contábil e tributária.

27. Outras Despesas Operacionais

Descrição	2019	2018
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(2.701.547,64)	(1.261.431,94)
Cancelamento - Tarifas Pendentes	(6.268.823,41)	(5.930.679,65)
Descontos Concedidos - Operações De Crédito	(2.653.294,14)	(5.404.124,12)
Contrib. Ao Fundo Tecnologia Da Informação	(1.556.912,41)	(1.649.480,97)
Outras Contrib. Diversas (Outras Despesas Operac.)	(499.359,67)	(403.638,03)
Outras Despesas Operacionais	(5.343.450,17)	(4.576.420,39)
TOTAL	(19.023.387,44)	(19.225.775,10)

28. Resultado não operacional

Descrição	2019	2018
Lucro Em Transações Com Valores De Bens	28.030,15	351.579,68
Ganhos De Capital	220.302,76	688.442,43
Ganhos De Aluguéis	11.000,00	12.498,84
Reversão De Provisões Não Operacionais	181.679,99	66.863,56
Outras Rendas Não Operacionais	393.632,95	13.456,64
(-) Prejuízos Em Transações Com Valores E Bens	(550.289,94)	(1.525.452,36)
(-) Perdas De Capital (a)	(1.440.006,19)	(94.060,61)
(-) Despesas De Provisões Não Operacionais (b)	(3.457.391,38)	(2.919.627,37)
(-) Outras Despesas Não Operacionais	(13.807,00)	(3.791,16)
TOTAL	(4.626.848,66)	(3.410.090,35)

(a) Referem-se substancialmente a perdas em venda de bens não de uso.

(b) Trata-se consideravelmente de desvalorização de bens não de uso.

29. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações liberadas ativas e passivas no exercício de 2019:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
Vínculo de Grupo Econômico	1.519.040,36	0,05%	15.040,25
Sem vínculo de Grupo Econômico	2.523.006,52	0,09%	20.361,41
TOTAL	4.042.046,88	0,14%	35.401,66
Montante das Operações Passivas	10.707.075,79	0,54%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2019:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Modalidade
Cheque Especial	9.565,75	1.381,98	0,09%
Conta Garantida	3.324,41	86,95	0,02%
Crédito Rural	1.917.495,62	37.310,09	0,93%
Empréstimo	1.701.953,71	34.913,80	0,17%
Financiamento	487.900,23	1.809,52	0,18%
Títulos Descontados	11.159,27	103,31	0,01%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Modalidade	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	803.784,78	0,23%	0%
Depósitos a Prazo	8.798.876,37	0,57%	0,34%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Desconto de Cheques	1,68%
Empréstimos	1,51%
Financiamento	1,12%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	85,42%

Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2019	
Empréstimos e Financiamentos	0,10%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,00%
Crédito Rural (modalidades)	0,08%
Aplicações Financeiras	0,54%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural	3.546.307,28
Empréstimo	3.954.808,17
Financiamento	1.382.225,93

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

31/12/2019	31/12/2018
1.476.769,45	612.118,66

f) No exercício de 2019 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2019 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	(167.250,85)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(2.983.479,40)
Encargos Sociais	(927.527,41)
Plano de Saúde	(12.620,16)
Seguros	(13.420,64)
Previdência Complementar	(69.309,24)
Assistência Odontológica	(644,40)
Participação nas Sobras	(527.932,54)

30. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO MAXI ALFA DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS - SICOOB MAXICRÉDITO**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CCC DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL - SICOOB CENTRAL SC/RS**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL SC/RS**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL SC/RS** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB MAXICRÉDITO** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL SC/RS** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

31. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

31.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é baseada nos preceitos da Resolução 4.193/2013 e mediante abordagem padronizada definida na Circular BCB nº 3.640/2013.

31.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do *VaR* – *Value at Risk* para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de *backtest do VaR* das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;

g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

31.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

31.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

31.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

32. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

33. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192/2013.

O **SICOOB MAXICRÉDITO** adota a metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5) definido na Resolução CMN nº 4.606/2017, e o Índice de Basileia, definido na Resolução CMN nº 4.193/2013 e atualizado pela Circular BCB nº 3.678/2013, o qual permite avaliar se o montante de capital regulamentar mantido pela entidade é suficiente para fazer frente aos riscos em que ela está exposta.

O Patrimônio de Referência (PR) do **SICOOB MAXICRÉDITO** encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio de referência (PR)	342.814.429,96	270.466.184,88
Índice de Basileia - IB%	18,59	17,56

34. Benefícios a empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, no Plano Multi Instituído, na modalidade PGBL. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores da Cooperativa são equivalentes a no máximo 3% do salário.

As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício de **2019** totalizaram R\$548.818,16 (quinhentos e quarte e oito mil, oitocentos e dezoito reais e dezesseis centavos).

A Cooperativa possui ainda os benefícios de assistência médica a qual a despesa durante o exercício de 2019 totalizou R\$ 1.946.751,49 (um milhão, novecentos e quarenta e seis mil, setecentos e cinquenta e um reais e quarenta e nove centavos); assistência odontológica a qual a despesa durante o exercício de 2019 totalizou R\$ 67.571,50 (sessenta e sete mil, quinhentos e setenta e um reais e cinquenta centavos) e seguro de vida a qual a despesa durante o exercício de 2019 totalizou R\$ 212.032,36 (duzentos e doze mil, trinta e dois reais e trinta e seis centavos).

Ivaír Luiz Filippi Chiella
Presidente

Gilberto Belatto
Diretor Organizacional

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito Maxi Alfa de Livre Admissão de Associados – SICCOB MaxiCrédito
Chapecó - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito Maxi Alfa de Livre Admissão de Associados – SICCOB MaxiCrédito, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito Maxi Alfa de Livre Admissão de Associados – SICCOB MaxiCrédito em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Perdas acumuladas por incorporação

Chamamos à atenção para a nota explicativa nº 19.3.1, que descreve assunto relacionado ao registro de perdas acumuladas, realizado no exercício de 2016 em função de processos de incorporações de cooperativas, cujo saldo era de R\$ 83 milhões em 31 de dezembro de 2019. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil,

aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza

significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 7 de fevereiro de 2020.



Ronaldo Reimberg Lima
Contador – CRC 1SP215393/O-1